

Apresentação

Elites, no plural

Ana Paula Hey

Não posso oferecer a realidade dos fatos, mas apenas a sua sombra.
STENDHAL, *Vie de Henry Brulard*.

Elites, tratadas no plural, assumem neste Dossiê o sentido da relativa fluidez que o termo carrega no domínio das ciências sociais. Afora os usos que têm permeado o âmbito midiático, político e econômico, em grande medida sobressai a dificuldade em situá-las do ponto de vista disciplinar como pertencente à sociologia das elites ou aos estudos das elites, mais próximos da ciência política e da tradição inicial representada por Mosca, Pareto e Michels ou do enfoque estadunidense, marcado por Mills, Dahl e Schumpeter. Igualmente, registram-se querelas relativas ao tipo de abordagem entre análises internas – como estilos de vida e socialização – ou externalistas – do grau de influência e dos princípios de coesão que garantem a unidade das elites e suas frações – e, ainda, as perspectivas de investigação que opõem elites e classes sociais a elites e relações de dominação.

Outra matriz de contenciosos refere-se ao uso indiferente das expressões “elite”, “classes dominantes”, “classes dirigentes”, “grupo dirigente” ou “dominante”, todas elas empregadas na tentativa de definir grupos e atores que ocupam posições mais elevadas nas hierarquias sociais. Nesse sentido, mais do que fazer um enquadramento dos estudos em suas vinculações disciplinares ou conceituais, o Dossiê admite a heterogeneidade para abordar elites na forma adquirida no espaço acadêmico de sua produção mais recente, seja para o caso brasileiro (ênfase dessa publicação) ou nos exemplos dados do Reino Unido e da Suíça.

A genealogia de elites como área de estudos comporta exames específicos (Grynszpan, 1996; 1999a; 1999b; Busino; 1992; Hollanda, 2011), bem como os recensea-

mentos em âmbito global (Kahn, 2012; Suleiman e Mendras, 1997) ou nacional (ver os dossiês organizados por Perissinotto e Codato, 2008; Seidl, 2008; Grynszpan e Grill, 2011) e, ainda, as discussões em torno de potencialidades e modelos (Savage, 2015; Savage e Williams, 2008a; 2008b; Milner Jr., 2015). Assim, essa introdução não visa recensear as matrizes já bem conhecidas, mas afirmar que os fundamentos da abordagem de elites como uma área especializada e o diálogo estabelecido com as disciplinas emergem na feitura das pesquisas que se ajustam ou que reivindicam o enquadramento nessa rubrica. Assume-se que na diversidade aparente encontra-se uma possível unidade no tratamento do tema, a partir dos terrenos empíricos pelos quais se tornam viáveis a materialização de pressupostos, conceitos e metodologias.

Em sintonia com Khan (2012), mesmo que a definição de elites raramente seja explicitada pelos pesquisadores da área, ela vai usualmente comportar discordâncias. De um modo geral, o trabalho com elites pertence ao reino da sociologia desde seus mais eminentes fundadores, Marx e Weber; sofre altos e baixos na apropriação do termo e dos conceitos nele envolvidos; torna-se marcado e amaldiçoado pela tradição inicial; suporta a inflexão dada pelos Estados Unidos e os novos ares recebidos na França; e vivencia um *revival* a partir de fim dos anos de 1990.

Para afastar as críticas da completa veleidade, adota-se aqui elites como aqueles que ocupam posições que lhes permitem ter o controle sobre recursos distintivos ou que gozam do acesso a estes recursos, independentemente se a unidade de análise constitui o indivíduo, o grupo ou a estrutura de relações (Khan, 2012). Essa abordagem genérica pode significar uma forma bastante evidente de classificar aquilo que foi e tem sido produzido nesse âmbito, sendo que esses recursos exclusivos e excludentes referem-se não só ao político, ao econômico, ao social, ao cultural e ao conhecimento (a ciência, as ideias), mas também às instituições que se incumbem do papel de produção e reprodução das elites.

A apreensão das elites de modo multidimensional, a partir da descrição e interpretação da composição de diferentes espécies de capital em relação ao valor que eles assumem em determinadas sociedades ou jogos institucionais, pode permitir a distinção entre as elites ou frações de elites, como por exemplo entre elites intelectuais, econômicas, políticas, artísticas. Do ponto de vista metodológico, o uso de fontes variadas (autobiografias, dicionários biográficos, entrevistas, documentos, memórias institucionais, estatísticas etc.), aliadas a métodos tais como a prosopografia, a sócio-história, a etnografia, a análise de rede e a análise de correspondências múltiplas, demonstram a direção de formas de compreensão diversificadas para captar e formalizar essas elites.

Ao se tentar responder às possibilidades do exercício de uma ciência social voltada às elites, redonda-se no próprio fundamento de sua existência e permanência, do ponto

de vista histórico. Há lugares e pessoas que encarnam posições sociais reconhecidas como distintas e passíveis de serem legitimadas. Ocorrem mudanças sociais de diversas ordens, mas elas continuam a dar vazão a novas ações, espaços e agentes que corporificam essa função. Se as forças econômicas desempenham e desempenharam lugar central na produção e reprodução das elites e de suas posições dominantes, não se pode negar a força que as clivagens culturais passam a exercer na determinação de tais grupos nas sociedades capitalistas, complexas, diversificadas e com distribuição muito desigual de poderes. Exemplo cabal é a emergência, advinda com o processo de globalização, de novos atores e espaços que materializam a detenção de recursos técnico-profissionais colocados a serviço do campo financeiro internacional. Economistas e executivos das finanças constituem bons exemplos da junção de uma série de recursos sociais, profissionais e simbólicos provenientes da posse de alto capital acadêmico especializado, de relações sociais favoráveis à participação nas esferas dominantes e da aderência a princípios sociais hegemônicos (organização econômica e política), que conferem poder legítimo e o reconhecimento desse poder em vários campos sociais.

Como já afirmado, os artigos que compõem este Dossiê expressam diferentes ênfases do ponto de vista epistêmico e das construções empíricas realizadas: ora aparecem discussões metodológicas, ora conceituais, mas também a exploração de espaços definidos em que relações de sentido emergem das características dos seus atores, do arranjo institucional e da interação com distintas esferas.

Considerando que os espaços sociais são dotados de recursos que conferem distinção e privilégios, mas também permitem o exercício de uma forma de poder simbólico, portanto desconhecido e reconhecido, os agentes podem ser vistos como produzidos para ali atuar, posto que legitimamente identificados por propriedades sociais, cognitivas, políticas e com a feitura institucional. Esse é o mote do artigo de Ana Paula Hey e Lidiane Soares Rodrigues, que explora o perfil dos membros da área de Ciências Sociais da Academia Brasileira de Ciências, instituição centenária, que exerce a função de consagração entre os cientistas. Apropriando-se dessa associação como recurso heurístico para pensar o campo acadêmico, o texto dedica-se à demonstração de certo padrão de carreira científica e à caracterização de elementos que atuam em um modo de consagração que prevalece nessas elites acadêmicas. Circulando entre categorias da sociologia das elites e da ciência, as autoras relacionam a morfologia do grupo de cientistas às querelas típicas das diferentes disciplinas. Emerge desse movimento o papel desempenhado por esta elite como artífice de programas e núcleos locais de formação acadêmica e a passagem à fatura institucional de fóruns que os articulariam nacionalmente, tanto no plano do campo científico quanto no estatal. O esquadramento dos membros demonstra a multiposicionalidade daqueles que ocupam posições dominantes na esfera acadêmica, pois além

dela participam de âmbitos diferenciados de poderes, tais como o político, o estatal, o econômico e o cultural (como já demonstrado em trabalho anterior – Hey, 2008).

Perspectiva similar aparece também em Ernesto Seidl, ao abordar as transformações do episcopado brasileiro a partir da segunda metade do século XX. A descrição da hierarquia da Igreja permite situar o episcopado no ápice de seu corpo de profissionais, ao mesmo tempo que demonstra a diversificação da instituição no período. As mudanças na estrutura de serviços ofertada, exigindo especificidades no desempenho de seus profissionais, sobretudo do bispo, dão vazão à centralidade do cargo episcopal frente ao processo de autonomização de instâncias governamentais e burocráticas. Tal processo gera mudanças no recrutamento, em um duplo sentido: nos deslocamentos internos, que levam o episcopado antes concentrado no Nordeste para o Sul e Sudeste (SP, MG, RS, SC) e, também, no ingresso de bispos estrangeiros, motivado pelo processo de romanização. Há que se enfatizar alterações na composição dessa elite eclesial, atualmente marcada pela origem social baixa e intermediária, cujos pais são dotados de pouca escolarização. Ajustamentos em face da diferença de perfil quanto ao valor social da posição do episcopado levam ao alongamento da formação sacerdotal, expresso no aumento das credenciais acadêmicas (cursos de mestrado e doutorado) e nas experiências de gestão, com a ocupação de postos de direção nos estabelecimentos de educação superior da Igreja. Critérios ligados aos recursos culturais, incluindo a internacionalização, são tomados para o acesso aos postos de poder, ao lado da posição em dioceses centrais, das grandes capitais (SP e RJ). Ao tratar do percurso para o altíssimo clero (CNBB), coloca em evidência o capital religioso mobilizado, expresso no pertencimento ao polo dominante do episcopado, com componente intelectual, administrativo e forte internacionalização.

Renato Perissinotto, Marco Cavaliere, Eric Gil Dantas e Rodolfo Palazzo Dias dedicam-se ao estudo da trajetória profissional dos 45 diretores e presidentes do Banco Central do Brasil, no período de 1995 a 2016. O foco recai na estrutura da trajetória ocupacional desses altos funcionários, englobando todas as instituições pelas quais passaram antes de assumir o cargo no Banco Central. Eles se valem da análise de redes sociais para demonstrar as conexões entre os mundos público e privado, entre essas esferas e as instituições universitárias e a centralidade de certas instituições públicas, empresariais e acadêmicas consolidadas nas carreiras. Os resultados do estudo revelam-se importantes para serem empregados em pesquisas posteriores, em três direções: a primeira refere-se ao caráter misto da construção da carreira, tanto no setor financeiro quanto no público, o que desfaz as polarizações mais correntemente apontadas. Em seguida, emerge o papel central de instituições acadêmicas na trajetória dos dirigentes, com destaque para a USP, FGV/RJ e PUC/RJ, o que confirma a circulação do *mainstream* econômico em instituições bem localizadas. Por último,

a relação entre as carreiras (dominadas pelo *mainstream*) e a natureza da instituição (em sua dupla possibilidade, como parte da burocracia do Estado brasileiro e como parte do mercado que opera no sistema financeiro) é aventada, de forma breve e ainda especulativa, como cenário para compreender a lógica que permeia o debate das possibilidades da autonomia do banco.

As elites em conexão com o campo econômico também aparecem no artigo de Elisa Klüger que, tendo como referência os especialistas em economia no país no período de 1930-1960 e os dirigentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 1994 e 2011, desenvolve uma discussão metodológica em torno das potencialidades do uso da análise de redes e da análise de correspondências múltiplas nesse universo. Apesar da exploração dos agentes da esfera econômica ficar subsumida nos embates metodológicos, há a exposição bastante completa dos usos das técnicas, das interconexões possíveis entre ambas e do ganho explicativo advindo das interfaces propostas. A força do argumento para a sociologia das elites emerge em múltiplas frentes, entre elas a oportunidade de demonstração da multiposicionalidade dos membros de espaços dominantes, a mensuração dos tipos e volumes de capital, a posse partilhada de propriedades sociais, as correlações entre o *habitus*, as práticas profissionais e o exercício de poderes específicos e, mais detidamente, na análise da estrutura dos laços e das redes prevaletentes em espaços de elites.

As elites políticas constituem o tema do artigo de Adriano Codato, Lucas Massimo e Luiz Domingos Costa, ao focar o modelo de recrutamento de senadores ao longo do século XX no país. Partindo do diálogo com as pesquisas predominantes na área em relação ao uso da “ocupação prévia à carreira política” para determinar o padrão de carreira, apresentam a proposição de uma nova classificação que correlaciona a dimensão social (os atributos socioprofissionais) com a dimensão política (atributos de carreira). Esta perspectiva de estudos de recrutamento dos senadores permite demonstrar: que o uso da categoria “ocupação prévia” não capta as mudanças inscritas em longo prazo se desconectadas do contexto histórico; que as classificações descritivas fornecem recursos para interpretar variações específicas para curto espaço de tempo, mas podem produzir distorções na evolução e nas mudanças dos tipos de origem ocupacional dos políticos nessa extensão temporal; e a necessidade do retorno à estratégia que combina a lente teórica de longo prazo com indicadores mais sensíveis do contexto histórico dos casos analisados. Revelam-se, na discussão de uma metodologia, importantes contribuições à construção de indicadores mais precisos para análise de elites em extensões temporais, as quais comportam a materialidade de mudanças tipológicas representativas de transformações mais gerais na estrutura social e política.

Ainda em relação à esfera das elites políticas, a multinotabilidade compõe a discussão proposta por Eliana Tavares dos Reis e Igor Gastal Grill. A partir de pesquisas

com parlamentares por eles já desenvolvidas, apresentam esquema classificatório que correlaciona três bases de multinotabilização – familiar; militante e profissional e produção de bens simbólicos – com padrões de afirmação e reprodução política. Utilizando estudos com dados de parlamentares localizados no Rio Grande do Sul, abordam o eixo de famílias de políticos com o padrão gerado entre “tradicional”, “imigrante” e “militante”. Com esse mesmo universo empírico, demonstram a especialização política a partir de intervenções militantes seccionada entre “militante”, “técnico-administrativo” e “político-eleitoral”. Dos deputados federais e/ou senadores eleitos entre 1945 e 2010, relacionam o eixo da produção cultural ao perfil desses parlamentares, no qual três classificações emergem: os “notáveis letrados”, os “tribunos do social” e os “gestores públicos”. Sem aportar a exploração detalhada das informações referentes a esta amostragem, o artigo constitui-se em um convite à discussão de alguns elementos conceituais que compõem o cenário analítico dessas elites políticas, entre eles as lógicas de funcionamento, os princípios de hierarquização e as formas de legitimação que caracterizam seus membros.

Aparentemente destoando do conjunto das análises, não somente por se deslocar dos terrenos nacionais, mas também por apresentarem elites na inflexão de classes sociais, os artigos consagrados à temática no Reino Unido e na Suíça carregam as alterações recentes em estruturas societárias bem distintas, responsáveis por promover novos arranjos na composição de suas elites e frações de elites a partir de 1980. O artigo de Ana Paula Hey, Anna Grimaldi-Christensen e Mike Savage contribui para o diálogo específico da emergência da sociologia das elites em sua interrelação com as formas contemporâneas das divisões sociais. Explorando as pesquisas desenvolvidas por Savage e sua equipe, evidenciam como as “novas elites” adquirem importância analítica ao representarem as modificações ocorridas na sociedade inglesa da era Thatcher, com o incremento da financeirização neoliberal. Os modos hegemônicos tradicionais para localizar e descrever os grupos sociais dominantes, centrados em dados econômicos, ocupação e educação, tendem a mascarar o papel das novas elites financeiras intermediárias, cuja função reside na alternância ou manutenção dos fluxos de dinheiro através do mercado de capitais e de reestruturação societária, dotadas de formas ampliadas de capital econômico, cultural e social. A descrição dos elementos que caracterizam a distinção dos 6% que compõem o topo da sociedade britânica mescla-se ao pressuposto de que as classes existem como formações sociais que cristalizam combinações de capital, materializadas em clivagens tais como mobilidade social, educação, localização e politização.

As modificações das elites políticas, econômicas e administrativas da Suíça constituem a preocupação central do texto de Félix Bühlman, Marion Beetschen, Thomas David, Stéphanie Ginalski e André Mach. A pesquisa elaborada com dados relativos à

origem social, à educação e aos mecanismos de coordenação desses segmentos durante todo o século XX, foi produzida para alimentar a série “Social change in Switzerland”, encarregada de documentar a evolução da estrutura social do país. A definição de elites que ora aparece refere-se a grupos sociais que se encontram aptos a influenciar o curso da sociedade ou tomar decisões cruciais para seu desenvolvimento em âmbito nacional decorrentes, em síntese, de suas posições institucionais ou de recursos dos quais são portadores. Ao explorar as informações desses grupos a partir de fontes documentais diversas e bancos de dados disponíveis, demonstram um modelo de coordenação das elites que entra em erosão com a escalada do campo empresarial, no final dos anos de 1980. Se antes as ligações entre as frações de negócios, política e administrativa eram mais orquestradas, a liberalização do mercado financeiro gera o período atual, caracterizado pela transição entre o regime da velha elite e a nova em ascensão. As novas elites políticas e econômicas tendem a se diferenciar e parecem se desenvolver em universos distintos, a primeira dedicando-se *full-time* ao mandato político, enquanto a outra rejeita ambições políticas e caminha para a internacionalização, ao passo que as administrativas deixam de prover, em sua maioria, das forças armadas e do direito, permanecendo ancoradas no plano nacional. A pesquisa indica, portanto, novas concertações entre as elites suíças a partir do jogo entre frações voltadas ao nacional e aquelas internacionalizadas.

Algumas invariantes encontram-se presentes nesse conjunto de artigos. A primeira diz respeito à origem social daqueles que pertencem às elites, sofrendo deslocamentos regionais, nacionais ou globais. Outra alude à ampliação da formação escolar como determinante do processo de profissionalização em várias direções – acadêmica, religiosa, política, da administração estatal, empresarial e financeira. A terceira se refere ao acúmulo de recursos de várias ordens (sociais, econômicas, políticas, profissionais, internacionais, simbólicas) que passam a modular o universo de atuação das diferentes elites, das relações que travam entre si e no jogo social mais amplo. Esses elementos, direta ou indiretamente, explícitos ou suavizados, enfatizados ou nuançados, unem as abordagens e proporcionam unidade às diversas pesquisas aqui expostas, embora preservando suas especificidades. A permeabilidade de múltiplos olhares teóricos e metodológicos permite que o empírico seja explorado e se interrelacione na formação de uma base que possibilite novos avanços e uma síntese mais consistente. Este foi o desafio do Dossiê.

Referências bibliográficas

- BUSINO, Giovanni. (1992), *Élites et élitisme*. Paris, PUF.
- GRYNSZPAN, Mario. (1996), “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”. *BIB*, 41:35-83.
- _____. (1999a), *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (1999b), “La théorie des elites aux États-Unis: conditions sociales de réception et d’appropriation”. *Genèses*, 37: 27-43.
- GRYNSZPAN, Mario & GRILL, Igor G. (orgs.). (2011), *Revista Pós Ciências Sociais*, 8 (15 “Dossiê: Elites”).
- HEY, Ana Paula. (2008), *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: educação superior no Brasil*. São Carlos, Edufscar.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. (2011), *Teoria das elites*. Rio de Janeiro, Zahar.
- KHAN, Shamus Rhaman. (2012), “The sociology of elites”. *Annual Review of Sociology*, 38: 361-377.
- MILNER JR., Murray. (2015), *Elites: a general model*. Cambridge, Polity.
- PERISSINOTTO, Renato & CODATO, Adriano (orgs.). (2008), *Revista de Sociologia e Política*, 16 (30 “Dossiê Elites políticas”).
- SAVAGE, Mike. (2015), “Introduction to elites: from the ‘problematic of the proletariat’ to a class analysis ‘wealth elites’”. *The Sociological Review*, 63 (2): 223-239.
- SAVAGE, Mike & WILLIAMS, Karel. (2008a), “Elites: remembered in capitalism and forgotten by social sciences”. *The Sociological Review*, 56 (s1): 1-24.
- _____. (2008b), *Remembering elites*. Londres, Wiley Blackwell.
- SEIDL, Ernesto (org.). (2008), *Tomo*, 13 (“Dossiê Sociologia do poder e das elites”).
- SULEIMAN, Ezra & MENDRAS, Henri (orgs.). (1997), *Le recrutement des élites em Europe*. Paris, La Découverte.

Texto recebido em 9/2/2017 e aprovado em 6/4/2017. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.126527.

ANA PAULA HEY é professora no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. E-mail: anahey@usp.br.